



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS**  
**EDITAL Nº 27/2019**

# **PROVA ESCRITA/OBJETIVA PARA O CARGO DE** **TÉCNICO EM ASSUNTOS** **EDUCACIONAIS**

## **INFORMAÇÕES AO CANDIDATO**

NOME: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

1. Escreva seu nome e número de CPF, de forma legível, nos locais acima indicados.
2. Verifique se o cargo acima identificado é o mesmo constante na sua FOLHA-RESPOSTA. Caso haja qualquer divergência, exija do fiscal de sala um CADERNO DE PROVA com CARGO igual ao constante na sua FOLHA-RESPOSTA.
3. A FOLHA-RESPOSTA tem, obrigatoriamente, de ser assinada. A FOLHA-RESPOSTA não será substituída, portanto, não a rasure nem a amasse.
4. DURAÇÃO DA PROVA: 3 (três) horas, incluindo o tempo para o preenchimento da FOLHA-RESPOSTA.
5. Na prova há 40 (quarenta) questões, sendo 10 (dez) questões de Língua Portuguesa e 30 (trinta) questões de conhecimentos específicos, apresentadas no formato de múltipla escolha, com cinco alternativas, das quais apenas uma corresponde à resposta correta.
6. Na FOLHA-RESPOSTA, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, por completo, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver rasura ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questões sem resposta.
8. Ao receber a ordem do fiscal de sala, confira este CADERNO DE PROVA com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
9. Durante a prova, não será admitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre candidatos, nem será permitido o uso de objetos como calculadora, telefone celular, óculos escuros, chapéu, boné ou similares.
10. O candidato somente poderá sair da sala depois de decorrida 1 (uma) hora do início da prova. A não observância dessa exigência acarretará a exclusão do candidato do concurso.
11. Ao sair da sala, entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com a FOLHA-RESPOSTA, ao fiscal de sala. O candidato que se retirar após as 11h poderá levar o CADERNO DE PROVA.
12. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos, pós registro em ata de suas respectivas identificações e assinaturas.



Leia o **TEXTO 1** para responder às questões de 1 a 3:

**TEXTO 1**

**Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica**

A Educação Profissional e Tecnológica, em termos universais, e, no Brasil, em particular, reveste-se cada vez mais de importância como elemento estratégico para a construção da cidadania e para uma melhor inserção de jovens e trabalhadores na sociedade contemporânea, plena de grandes transformações e marcadamente tecnológica.

Suas dimensões, quer em termos conceituais, quer em suas práticas, são amplas e complexas, não se restringindo portanto a uma compreensão linear, que apenas treina o cidadão para a empregabilidade, e nem a uma visão reducionista, que objetiva simplesmente preparar o trabalhador para executar tarefas instrumentais.

No entanto, a questão fundamental da Educação Profissional e Tecnológica envolve necessariamente o estreito vínculo com o contexto maior da educação, circunscrita aos caminhos históricos percorridos por nossa sociedade.

Estamos diante de processos que encerram no seu âmago as tensas relações entre o trabalho, o emprego, a escola e a profissão. Tais relações resultam de intrincada rede de determinações, mediações e conflitos entre diferentes esferas da sociedade: econômica, social, política e cultural.

BRASIL. MEC. SEMTEC. Propostas de Políticas Públicas para Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC/SEMTEC, 2003. Adaptado.

1. Os pronomes, muitas vezes, funcionam como elementos de coesão dentro do texto. Com essa característica, de atuar como referente, coordenam os elementos textuais e conferem sentido ao que o autor quer dizer. Considerando essa explicação, analise as assertivas a seguir.

I. Em “reveste-se cada vez mais de importância como elemento estratégico para a construção da cidadania”, no primeiro parágrafo, temos o pronome “se” retomando o termo “educação profissional e tecnológica”.

II. No trecho “**Suas** dimensões, quer em termos conceituais, quer em suas práticas, são amplas e complexas”, no segundo parágrafo, o pronome possessivo em destaque se refere à palavra “dimensões”.

III. Em “Estamos diante de processos que encerram no **seu** âmago as tensas relações entre o trabalho, o emprego, a escola e a profissão”, no quarto parágrafo, temos o pronome possessivo “seu” fazendo referência à palavra “processos”.

IV. Ainda no trecho “Estamos diante de processos **que** encerram no seu âmago as tensas relações entre o trabalho, o emprego, a escola e a profissão”, podemos afirmar: o “**que**” é um pronome relativo que retoma a palavra “processos” e tem a função de sujeito do verbo encerrar.

V. Em “**Tais** relações resultam de intrincada rede de determinações, mediações e conflitos entre diferentes esferas da sociedade”, no quarto parágrafo, temos um pronome demonstrativo que retoma um termo anterior e poderia ser substituído por “**essas**”.

Estão CORRETAS apenas:

- a) I, II e V.
  - b) I, II, IV e V.
  - c) III, IV e V.
  - d) II, III e V.
  - e) I, III, IV e V.
2. As conjunções estabelecem, entre as orações, relações semântico-sintáticas e contribuem para a progressão do texto. No trecho “Suas dimensões, **quer** em termos conceituais, **quer** em suas práticas, são amplas e complexas”, temos um exemplo de relação de
- a) consequência.
  - b) conclusão.
  - c) alternância.
  - d) finalidade.
  - e) conformidade.

3. Além dos pronomes e conjunções, outros elementos também contribuem para a progressão textual e para a construção do sentido do texto. A pontuação e a sintaxe de regência são fundamentais nessa construção. Observe o uso de tais aspectos no TEXTO 1 e analise as afirmações a seguir, assinalando a que estiver CORRETA.
- a) Em “não se restringindo portanto a uma compreensão linear”, o uso de duas vírgulas, isolando a conjunção “portanto”, modificaria o sentido do texto e infringiria as normas gramaticais.
  - b) Em “diferentes esferas da sociedade: econômica, social, política e cultural”, o uso de dois-pontos se justifica por ser uma suspensão da voz do autor para realizar uma citação.
  - c) Em “envolve necessariamente o estreito vínculo **com** o contexto maior da educação”, a substituição do termo destacado pela preposição “para” não altera o sentido do texto e dá mais ênfase ao discurso do autor.
  - d) Em “Estamos diante de processos que encerram no seu âmago as tensas relações entre o trabalho, o emprego, a escola e a profissão”, a ausência de vírgula depois da palavra “processos” está justificada, porque a oração iniciada por pronome relativo é restritiva.
  - e) Em “A Educação Profissional e Tecnológica, em termos universais, e, no Brasil, em particular, reveste-se cada vez mais de importância”, poderíamos substituir a última vírgula desse trecho pelo ponto e vírgula, já que a pausa da entonação é maior e o período ainda não terminou.

**Leia o TEXTO 2 para responder às questões de 4 a 6.**

## **TEXTO 2**

**Em meio à pluralidade de ideias, o diálogo só é possível quando se assume que não há uma verdade única e absoluta sobre nada**

Rayane Santos

No mundo, há diversas sociedades. Cada uma delas é composta por diversas culturas, com valores e crenças específicos. E mesmo dentro de um grupo há diversidade, considerando a individualidade de cada ser humano. Portanto, é natural que pessoas tenham opiniões diferentes entre si.

“A verdade é subjetiva porque cada pessoa constrói a sua de um jeito”, explica a antropóloga e ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia Carmen Rial. “Além do grupo cultural, a classe social, a escolaridade, o gênero e a educação fazem com que cada pessoa veja o mundo de uma forma particular”.

Apesar de a Constituição Federal legalizar a manifestação do pensamento – considerando a democracia que se vive no Brasil – é possível observar uma onda de desrespeito a opiniões opostas.

“Mas este não é só um problema nacional, e sim mundial. Um grande desafio humano”, aponta o psicólogo transpessoal José Luís Morado. “Não levar a opinião do outro em consideração já deu origem a muitas guerras, e apesar de melhorarmos enquanto civilização, ainda precisamos resolver este problema”.

Imprescindível para a vida em sociedade, saber respeitar opiniões divergentes é o primeiro passo para melhorias individuais e sociais.

É comum e saudável, em conversas no cotidiano, ouvir afirmações e não concordar com elas. O problema existe quando não se respeita o que é dito ou quem o diz, justamente por dizê-lo.

SANTOS, Rayane. Em meio à pluralidade de ideias, o diálogo só é possível quando se assume que não há uma verdade única e absoluta sobre nada. **Jornal do Trem**, 20 mar.2015. Disponível em: [jornaldotrem.com.br/capa/aolidar-com-a-opinioa-alheia-e-possivel-discordar-sem-desrespeitar-ninguem/](http://jornaldotrem.com.br/capa/aolidar-com-a-opinioa-alheia-e-possivel-discordar-sem-desrespeitar-ninguem/). Adaptado.

4. Quanto à leitura e à compreensão do TEXTO 2, considere as informações que seguem.
- I. Há uma visível incompatibilidade entre as ideias suscitadas no título e o conteúdo desenvolvido no texto, já que aquele fala sobre “uma verdade” e este, sobre “opiniões diferentes”.
  - II. No que diz respeito à tipologia textual, trata-se de um texto predominantemente argumentativo, porque a autora expõe os pontos de vista de uma antropóloga e de um psicólogo quanto à temática abordada.
  - III. O conteúdo pode ser sintetizado, sem prejuízo semântico, neste segmento linguístico: ‘Respeitar é não tentar fazer com que o outro assuma a mesma opinião que a sua’.
  - IV. Segundo a autora, um país que se deseja democrático deve valorizar as diferenças, embora tais diferenças promovam problemas sociais, políticos e econômicos.

V. Mesmo estando no primeiro parágrafo, o período “Portanto, é natural que pessoas tenham opiniões diferentes entre si.” expressa uma conclusão que se obtém a partir das ideias expressas no texto.

É VERDADEIRO apenas o que se afirma em:

- a) III e IV.
- b) I, II e III.
- c) II, III e V.
- d) III e V.
- e) I, II e IV.

5. Observando-se o título do TEXTO 2, “ **Em meio à** pluralidade de ideias, o diálogo só é possível quando se assume que não há uma verdade única e absoluta sobre nada”, a expressão destacada tem o valor semântico de
- a) concessão.
  - b) espacialidade.
  - c) temporalidade.
  - d) adição.
  - e) causalidade.
6. Do ponto de vista da continuidade textual, analise este trecho: “O problema existe quando não se respeita o que é dito ou quem o diz, justamente por dizê-lo.”. Em relação aos termos destacados, pode-se afirmar que:
- a) os dois retomam a expressão ‘o que é dito’, para que esta não seja mencionada três vezes.
  - b) o primeiro retoma a palavra ‘problema’, ao passo que o segundo retoma a palavra ‘quem’.
  - c) o primeiro retoma a palavra ‘quem’, enquanto o segundo, a palavra ‘problema’.
  - d) os dois retomam a palavra ‘problema’, para que esta não seja mencionada três vezes.
  - e) os dois retomam a palavra ‘quem’, para que esta não seja mencionada três vezes.

**Leia o TEXTO 3 para responder à questão 7.**

### TEXTO 3



7. Acerca do TEXTO 3, tomando-se como ponto de partida a coesão textual, a pontuação e as relações sintático-semânticas, avalie as assertivas a seguir.
- I. Sem modificações de sentido, em vez de manter o uso do ponto-final, o autor poderia ter optado pelo uso da vírgula entre os três períodos, mas se obrigaria a uma conjunção adversativa entre o segundo e o terceiro.
  - II. Buscando-se manter o mesmo sentido proposto pelo autor, uma possível redação seria: “Aprender a não tentar convencer ninguém, pois o trabalho de convencer é uma falta de respeito, por ser uma tentativa de colonização do outro.”.
  - III. Pode-se, sem desprezar a intencionalidade comunicativa do autor, estabelecer uma relação de causa entre os dois primeiros períodos e uma relação de soma entre o segundo e o terceiro, mantendo-se apenas uma vírgula antes da conjunção causal.
  - IV. Outra possibilidade de redação para esse texto que não prejudica a intenção do autor é esta: “Aprender a não tentar convencer ninguém, visto que o trabalho de convencer é uma falta de respeito e uma tentativa de colonização do outro.”.

V. Embora se pense em fazer modificações na construção textual de Saramago, qualquer alteração sugerida produzirá mudança total na intencionalidade comunicativa do autor, uma vez que a pontuação de um texto não é um recurso meramente sintático, mas, sobretudo, semântico.

São VERDADEIRAS apenas as assertivas

- a) II e IV.
- b) I, III e V.
- c) II, III e IV.
- d) I, II e V.
- e) I e V.

**Leia o TEXTO 4 para responder às questões 8 e 9.**

#### **TEXTO 4**

##### **As palavras têm poder; cuidado com o seu uso**

Nonato Albuquerque

Um provérbio chinês diz que “há três coisas que não voltam atrás; a flecha lançada, a palavra pronunciada e a oportunidade perdida”. Com relação às palavras, diríamos que é preciso cuidado. Elas têm força. Poder. Quando pronunciadas sem a medida correta podem atrair consequências danosas. Ditas em momentos de tensão, elas são capazes de trazer uma repercussão maior que a esperada.

Está lá no Velho Testamento que nossas palavras devem ser equilibradas e sensatas. Uma palavra dita fora de hora pode causar danos irreparáveis. As palavras têm poder de trazer consequências boas ou ruins dependendo da forma com que são mencionadas. [...]

Alguém que usa as palavras de forma ríspida arrumará muitas brigas. E, por isso, essa onda de violência a que assistimos no dia a dia. Esse é o tipo de “poder” que as palavras têm. Por isso, importante é que se busque usar as palavras corretas para que não se crie barreiras que possam gerar dúvidas atroz e consequências ainda mais danosas. Muitas vezes, no calor de qualquer discussão, somos capazes de dizer coisas que, em outro momento, jamais pronunciaríamos. [...] Nunca se deve pronunciar as palavras que a raiva põe em nossa boca [...]. É que, muitas vezes, elas têm mais poder do que aqueles que detêm uma arma. Elas podem influenciar pessoas para o bem ou levar outras para o mal.

ALBUQUERQUE, Nonato. As palavras têm poder; cuidado com o seu uso. **Tribuna do Ceará**, 4 nov. 2016. Disponível em: [tribunadoceara.com.br/blogs/nonato-albuquerque/artigo-2/as-palavras-tem-poder-cuidado-com-seu-uso/](http://tribunadoceara.com.br/blogs/nonato-albuquerque/artigo-2/as-palavras-tem-poder-cuidado-com-seu-uso/). Adaptado.

8. Partindo da compreensão das ideias presentes no TEXTO 4, das composições textuais que seguem, no que diz respeito à força da palavra, indique a que não se relaciona ao provérbio chinês “há três coisas que não voltam atrás; a flecha lançada, a palavra pronunciada e a oportunidade perdida”.

- a) “Quando eu soltar a minha voz, por favor, entenda que, palavra por palavra, eis aqui uma pessoa se entregando”  
(*Sangrando*, Luiz Gonzaga Jr.)

b)



- c) “Ai, palavras, ai, palavras que estranha potência a vossa!”  
(*Romanceiro da Inconfidência*, Cecília Meireles)

d) “Nunca se deve pronunciar as palavras que a raiva põe em nossa boca.”

e)



9. No que se refere a uma boa elaboração textual, analise as informações feitas acerca do TEXTO 4.

I. Em decorrência de uma circunstância de temporalidade, no trecho “Quando pronunciadas sem a medida correta podem atrair consequências danosas.”, após o termo “medida correta”, o uso da vírgula é obrigatório.

II. Devido a uma relação de causa-consequência, no segmento “As palavras têm poder de trazer consequências boas ou ruins dependendo da forma com que são mencionadas.”, após o termo “boas ou ruins”, o uso da vírgula é obrigatório.

III. Nos trechos que seguem: “E, **por isso**, essa onda de violência...” e “**Por isso**, importante é que se busque...”, para evitar a repetição do termo, o autor poderia ter optado por usar o termo “portanto”, sem mudar o sentido, em uma ou na outra situação do TEXTO 4.

IV. Em nome da correção gramatical, no último parágrafo do TEXTO 4, o quarto período seria melhor redigido desta forma: “Por isso, importante é que se busquem usar as palavras corretas para que não se criem barreiras que possam gerar dúvidas atroz e consequências ainda mais danosas.”.

V. No segmento textual “Nunca se **deve** pronunciar as palavras que a raiva **põe** em nossa boca (...)”, o autor deixou as duas formas verbais no singular porque elas têm o mesmo referencial: o termo “a raiva”.

É VERDADEIRO apenas o conteúdo de

a) II, IV e V.

b) II e III.

c) IV e V.

d) I, III e IV.

e) I.

10. A correção ortográfica é um elemento que contribui para compreensão do sentido do texto. O Novo Acordo Ortográfico normatiza o uso do hífen em algumas palavras, como é o caso de “minicursos”, que deve ser escrita sem hífen, assim como

a) couveflor.

b) antirreligioso.

c) bemvindo.

d) panamericano.

e) microondas.

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. Entre os princípios que norteiam o ensino e que estão previstos no art. 206 da Constituição Federal de 1988, podemos citar:

I. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

II. gestão democrática do ensino público, na forma da lei.

III. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

IV. atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

V. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

Estão CORRETOS, apenas,

- a) I, II, III e V.
- b) I, III, IV e V.
- c) I, II e IV.
- d) II, IV e V.
- e) IV e V.

12. Com fundamento na Resolução CNE/CEB nº 6 de 20 de setembro de 2012, analise as seguintes proposições referentes à Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

I. A Educação Profissional Técnica de Nível Médio subsequente é desenvolvida em cursos destinados a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

II. Na oferta de cursos subsequentes, não devem ser introduzidos conhecimentos e habilidades inerentes à Educação Básica para fins de complementação e atualização dos estudos, mesmo que o diagnóstico avaliativo evidencie a necessidade.

III. Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio devem atender às diretrizes e normas nacionais definidas para a modalidade específica, tais como Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, educação de pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade, Educação Especial e Educação a Distância.

IV. A Educação Profissional Técnica de Nível Médio desenvolvida de forma articulada integrada é destinada a quem tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica de nível médio ao mesmo tempo que conclui a última etapa da Educação Básica.

V. Os currículos dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio são de responsabilidade e prerrogativa do Ministério da Educação. Tais currículos devem ser consubstanciados no plano de curso e baseados no pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, devendo proporcionar aos estudantes o diálogo com diversos campos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura.

Estão, CORRETAS, apenas as proposições

- a) II, III e V.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II e IV.
- e) I, III e V.

**Leia o TEXTO 5 para responder à questão 13.**

### **TEXTO 5**

Quando a escola pública era para poucos, era boa só para esses poucos. Agora que é de todos, principalmente para os mais pobres, ela precisa ser apropriada para esse novo público, ela deve ser de qualidade sociocultural. Isso significa investir nas condições que possibilitam essa **nova qualidade** que inclui transporte, saúde, alimentação, vestuário, cultura, esporte e lazer. Não basta matricular os pobres na escola (inclusão). É preciso matricular com eles, também, a sua cultura, seus desejos, seus sonhos, a vontade de “ser mais” (Freire). É preciso matricular o projeto de vida desses novos alunos numa perspectiva ética, estética e ecopedagógica. A educação integral precisa visar à qualidade sociocultural da educação, que é sinônimo de qualidade integral.

GADOTTI, Moacir. **Qualidade na educação**: uma nova abordagem. São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire, 2010, p. 9.

13. Considerando o TEXTO 5 e a reflexão que faz sobre a permanência e o êxito dos estudantes, bem como o Parecer CNE/CEB nº 7 de 7 de abril de 2010, marque a alternativa correta no que diz respeito à qualidade da escola.

- a) A permanência do estudante na escola é um desafio a ser assumido por todos os sujeitos que integram o processo educativo, uma vez que a oportunidade de acesso, por si só, é insuficiente para a inserção no mundo do conhecimento.

- b) A instituição da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica tem por finalidade organizar a formação inicial e continuada de professores do magistério para as redes públicas de educação. Tal Política deverá ser realizada por União, estados, Distrito Federal e municípios, sendo dispensado o regime de colaboração entre os entes federativos para esse fim.
- c) Fluxos migratórios e demais variáveis externas que se refletem no processo educativo não devem ser considerados, sendo irrelevante a criação de processos gerenciais que busquem garantir a permanência discente nesses casos.
- d) O conceito de qualidade na escola remete tanto à qualidade pedagógica quanto à qualidade política, demandando compromisso com a permanência do estudante na escola e com o sucesso e valorização dos profissionais da educação. Ambas as qualidades são autônomas e não se interpenetram no processo didático-pedagógico.
- e) A escola de qualidade social adota como centralidade o diálogo, a colaboração, os sujeitos e as aprendizagens, dispensando, todavia, a realização de parcerias com outros órgãos, tais como os de assistência social, desenvolvimento e direitos humanos, entre outros, uma vez que fugiria de suas atribuições.
14. Com fundamento nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 17 de 3 de julho de 2001), analise as proposições abaixo, assinalando a alternativa CORRETA referente ao teor das diretrizes.
- a) Em muitos casos, a escola especial desenvolvia-se em regime residencial, a fim de atender às necessidades educacionais especiais dos estudantes, medida que, conseqüentemente, os afastava da família e da sociedade. Entretanto, esse procedimento não conduzia ao aprofundamento do preconceito, já que se tratava de um regime diferenciado de educação.
- b) Os superdotados não são discriminados dentro do sistema educacional, pois são portadores de altas habilidades e talentos, não necessitando de serviços especiais no cotidiano escolar.
- c) Embora estudantes com necessidades específicas demandem diferentes estratégias pedagógicas que lhes possibilitem o acesso à herança cultural, ao conhecimento socialmente construído e à vida produtiva, tais estratégias devem ser compensatórias e pontuais, já que são direcionadas para públicos minoritários.
- d) A implantação da política de inclusão vem sendo debatida e exercitada em vários países, entre eles, o Brasil. A legislação brasileira vigente posiciona-se pelo atendimento dos alunos com necessidades especiais preferencialmente em classes regulares das escolas, em todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino.
- e) As teorias e práticas segregadoras possuem uma história recente. Nesse contexto, a pedagogia da exclusão também possui origem recente, a qual é construída a partir das condições de existência da humanidade nos tempos atuais.
15. João é estudante do Curso Superior de Engenharia Elétrica do IFPE. Ingressou em 2019 na instituição e pretende requerer o aproveitamento de estudos de um componente curricular cursado no ano de 2011 em outra instituição de ensino. Na dúvida sobre a possibilidade de deferimento do pedido, João procura você, técnico em assuntos educacionais, para pedir esclarecimentos sobre a questão. Com base no art. 122 e seguintes da Organização Acadêmica Institucional do IFPE, marque o item que menciona a orientação CORRETA a ser dada ao estudante.
- a) É possível a concessão do aproveitamento de estudos equivalentes em favor de João, desde que a instituição de ensino em que cursou o componente curricular pertença à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
- b) Só é possível que João requeira o aproveitamento de estudos equivalentes para os componentes curriculares cursados no período em que está matriculado, não podendo solicitar para os períodos posteriores.
- c) É possível o aproveitamento de estudos equivalentes em favor de João, ressaltando que a concessão só é viável por se tratar de um curso de Ensino Superior.
- d) Não é possível a concessão do aproveitamento dos estudos equivalentes em favor de João, pois, segundo a Organização Acadêmica Institucional, apenas componentes curriculares cursados no IFPE podem ser considerados para esse fim.
- e) É possível a concessão do aproveitamento dos estudos equivalentes, desde que João seja submetido a uma avaliação de certificação de conhecimentos.

16. Assinale a alternativa em que são mencionados apenas direitos do corpo técnico-administrativo do IFPE, de acordo com a Organização Acadêmica Institucional.
- a) Proposição de medidas que visem ao aprimoramento do processo ensino-aprendizagem; colaboração com as atividades de articulação do IFPE com as famílias e a comunidade.
  - b) Participação em cursos, seminários, palestras e outros eventos constantes no Plano Institucional de Capacitação de Servidores do IFPE; colaboração com as atividades de articulação do IFPE com as famílias e a comunidade.
  - c) Recebimento de tratamento e respeito condignos, compatíveis com sua condição de pessoa e de profissional; zelo pela aprendizagem dos estudantes.
  - d) Participação na elaboração e execução dos Projetos Pedagógicos de Cursos e programas institucionais; voz e voto nas reuniões dos órgãos colegiados a que pertença.
  - e) Voz e voto nas reuniões dos órgãos colegiados a que pertença; cumprimento do horário de trabalho.
17. Com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 41 de 2 de dezembro de 2002 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos e para a Educação Básica na etapa do Ensino Médio), analise as proposições a seguir e marque a alternativa CORRETA.
- I. A tecnologia da informação insere os sujeitos no centro de uma nova revolução industrial. Entretanto, esse novo contexto não implica novos desafios e necessidade de adaptação.
  - II. De acordo com as Diretrizes, a educação a distância se mostra como uma estratégia importante para ampliar as oportunidades educacionais, uma vez que, historicamente, a educação no Brasil foi marcada pela exclusão.
  - III. No contexto da Educação a Distância, a interação pode ocorrer sem que os protagonistas estejam presentes fisicamente; ela supõe, necessariamente, dois elementos e um meio de comunicação: o aluno e o projeto pedagógico do curso mediados por aparatos de comunicação, inclusive os chamados “virtuais”.
  - IV. Considerando a natureza diferenciada da Educação a Distância, que se baseia no autoaprendizado, a Educação a Distância prescinde do diálogo e da interatividade.
  - V. Estimular a iniciativa do aluno, incentivar a sua autonomia e nunca deixar de levar em conta a valorização de suas experiências anteriores são ações indispensáveis no planejamento de um curso a distância.

Estão CORRETAS:

- a) IV e V.
- b) I, III e IV.
- c) II e IV.
- d) I, II e III.
- e) II, III e V.

**Leia o TEXTO 6 para responder à questão 18:**

### **TEXTO 6**

Esse princípio se refere ao enfrentamento dos preconceitos e das discriminações, garantindo que diferenças não sejam transformadas em desigualdades. O princípio jurídico-liberal de igualdade de direitos do indivíduo deve ser complementado, então, com os princípios dos direitos humanos da garantia da alteridade entre as pessoas, grupos e coletivos. Dessa forma, igualdade e diferença são valores indissociáveis que podem impulsionar a equidade social.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 8**, de 6 de março de 2012.

Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em:

[http://www.prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/media/documento/4.1-\\_dcn\\_-dir.humanos\\_-\\_parecer\\_cne-cp\\_08-2012.pdf](http://www.prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/media/documento/4.1-_dcn_-dir.humanos_-_parecer_cne-cp_08-2012.pdf) . Acesso em: 26 jul.2017.

18. Conforme o disposto no Parecer CNE/CP nº 8 de 6 de março de 2012, o TEXTO 6 faz referência ao seguinte princípio:
- a) reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades.
  - b) igualdade de direitos.
  - c) democracia na educação.

- d) transversalidade, vivência e globalidade.
- e) dignidade humana.

19. Considerando a demanda por licenciaturas no campo das ciências exatas, existe grande interesse do IFPE em ofertar o curso de Licenciatura em Física em um *campus* localizado no interior de Pernambuco. Supondo que você integra a comissão responsável pela construção do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da licenciatura em questão, analise as seguintes proposições:

I. É importante que conste no PPC o histórico do curso, apresentando-se os antecedentes históricos que motivaram a sua criação. É relevante ainda que se contextualize o escopo do marco legal de criação dos Institutos Federais, aliado às demandas sociais para a formação docente.

II. A justificativa do PPC contemplará as razões que levam a instituição a propor a oferta do curso, destacando a modalidade de educação a distância, quando for o caso. Para subsidiar a justificativa, as razões deverão ser fundamentadas em dados de natureza econômica, social, política e ambiental e em outras informações comprovadas, com suas devidas referências, que justifiquem a necessidade da existência do curso na região.

III. Os objetivos possuem caráter facultativo e definem e norteiam até onde o licenciando deve chegar em sua formação, ao tempo em que estabelece aquilo que o curso deve propiciar aos estudantes. Os objetivos determinam a intencionalidade e os propósitos da formação prevista no curso, devendo incluir a dimensão política da formação, sendo subdivididos em objetivos gerais e específicos.

IV. A fundamentação legal refere-se à indicação do marco legal que fundamenta o Curso de Licenciatura, e deve especificar as leis e sobre o que elas legislam. Para tal, devem ser citados, em ordem cronológica, as leis federais, os decretos, as portarias do MEC, os pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação e as normas internas do IFPE que impactam na construção do PPC.

V. Na organização curricular, são identificados e descritos os principais aspectos responsáveis pela construção do perfil de formação, inclusive os conhecimentos que contribuam para a construção das competências profissionais previstas no perfil do egresso. Pela própria complexidade da organização curricular, dispensa-se que os conteúdos da Educação Básica sejam tratados de modo articulado com as didáticas específicas da licenciatura proposta.

Estão CORRETAS, apenas,

- a) I, II e IV.
- b) I, II, III.
- c) I, III e IV.
- d) III, IV e V.
- e) IV e V.

20. Considerando o Parecer CNE/CEB nº 11 de 9 de maio de 2012 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio), analise as proposições a seguir.

I. Conforme esse parecer, a evolução tecnológica e as lutas sociais têm modificado as relações no mundo do trabalho, de maneira que não é mais admissível a existência de trabalhadores que realizem apenas tarefas mecânicas.

II. O fato de a educação para o trabalho não ter sido tradicionalmente colocada na pauta da sociedade brasileira enquanto um direito universal fomentou a concepção da Educação Profissional diretamente ligada à “formação de mão de obra”, contexto que tem reproduzido uma dualidade no mundo do trabalho entre “elites condutoras” e a maioria da população trabalhadora.

III. No contexto atual, tem-se exigido dos trabalhadores, entre outras habilidades, maior capacidade de raciocínio, autonomia intelectual e espírito empreendedor. Dessa maneira, os processos de reorganização do trabalho demandam a revisão curricular da Educação Profissional, mas não dos currículos da Educação Básica.

IV. A Educação Profissional e Tecnológica é uma condição individual necessária para o ingresso e a permanência do trabalhador no mundo do trabalho, uma vez que há correspondência direta entre a qualificação ou habilitação profissional e a empregabilidade.

V. Por sua natureza voltada para a formação de trabalhadores, a Educação Profissional é atualmente concebida como instrumento de política assistencialista ou de ajustamento linear às demandas do mercado de trabalho, contexto que despreza a compreensão global do processo produtivo e de seus desdobramentos pelos trabalhadores.

Apresentam uma interpretação CORRETA das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, apenas, as proposições

- a) IV e V.
- b) I, II e III.
- c) I e II.
- d) III, IV e V.
- e) III e IV.

21. O Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, instituiu, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). Avalie as proposições a seguir e marque a alternativa CORRETA, com base no teor do decreto em questão.

- a) Os cursos do Proeja destinados à formação inicial e continuada de trabalhadores deverão contar com carga horária mínima de mil e quatrocentas horas, assegurando, cumulativamente, a destinação de, no mínimo, duzentas horas para a formação geral e mil e duzentas horas para a formação profissional.
- b) O Proeja abrange cursos e programas de educação profissional de formação continuada de trabalhadores, de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Ensino Superior.
- c) Os cursos e programas do Proeja deverão ser oferecidos exclusivamente pelas instituições federais de educação profissional, sendo vedada sua adoção pelas instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais ou municipais e pelas entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical.
- d) Nos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Proeja, deverão ser observadas, cumulativamente, a oferta de, no mínimo, mil e duzentas horas para a formação geral, a carga horária mínima estabelecida para a respectiva habilitação profissional técnica e a observância às diretrizes curriculares e demais atos normativos do Conselho Nacional de Educação.
- e) O aluno que demonstrar, a qualquer tempo, aproveitamento em curso de educação profissional de nível médio no âmbito do Proeja fará jus à obtenção do correspondente diploma, com validade na circunscrição do estado onde está inserido, tanto para fins de habilitação na respectiva área profissional quanto para atestar a conclusão do ensino médio, possibilitando o prosseguimento de estudos em nível superior.

22. Estimulada por necessidades financeiras e também por sua formação acadêmica e profissional em andamento no IFPE, Fernanda, estudante de um Curso Técnico Integrado, tem demonstrado interesse em conseguir um trabalho. Considerando que Fernanda tem 15 anos de idade, avalie a situação da estudante, de acordo com as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e marque a alternativa CORRETA para o caso.

- a) Fernanda poderá trabalhar, inclusive em jornada considerada noturna nos termos da lei, para que seja priorizado o horário escolar da estudante.
- b) Fernanda poderá exercer qualquer espécie de trabalho, desde que não haja incompatibilidade com seus horários de estudos.
- c) Fernanda poderá exercer qualquer tipo de trabalho, desde que o seu ofício respeite a condição peculiar da pessoa em desenvolvimento, embora não lhe sejam garantidos direitos trabalhistas ou previdenciários.
- d) Fernanda não poderá exercer qualquer trabalho por não possuir capacidade civil para esse fim, uma vez que tem menos de 18 anos de idade.
- e) Fernanda poderá trabalhar, na condição de aprendiz, respeitadas sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e sua capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

23. Analise as assertivas abaixo considerando a relação entre diversidade e Educação Profissional e Tecnológica, nos termos do Parecer CNE/CEB nº 11 de 9 de maio de 2012 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio).

- I. As instituições ofertantes de Educação Profissional e Tecnológica devem integrar, em seu projeto pedagógico, a concepção de organização pedagógica inclusiva que promova respostas às necessidades educacionais de todos os estudantes, o que envolve, inclusive, a organização dos processos de ensino e aprendizagem às necessidades dos estudantes que apresentem necessidades de Educação Especial.
- II. Mesmo diante da necessidade de organização dos processos de ensino e aprendizagem para os estudantes que apresentem necessidades de Educação Especial, tais adequações apresentam limitações,

uma vez que não são possíveis o dilatamento de prazo para conclusão na formação, a certificação intermediária ou a antecipação de estudos nesses casos.

III. A oferta da educação profissional tecnológica nas comunidades quilombolas é concebida como um direito que vai além do acesso à educação escolar, pois esse direito se materializa na participação das comunidades quilombolas na definição do projeto político-pedagógico e na gestão escolar, nas formas de produção de conhecimento locais, entre outras especificidades.

IV. A educação profissional indígena surge como uma possibilidade de contribuir com alternativas de gerenciamento autônomo dos territórios indígenas, o que demanda conhecimento sobre as formas de organização das sociedades indígenas e de suas diferenças sociais. Nesse contexto, a educação profissional está ligada a projetos individualistas, vertical e preponderantemente marcados por conhecimentos técnico-científicos.

V. A educação profissional do campo deve ter centralidade na formação para o trabalho do campo, substancialmente voltada para as relações de mercado. Logo, na educação profissional do campo, existe a prevalência da ciência e da tecnologia, contexto em que são desconsiderados os saberes locais dos trabalhadores.

Estão CORRETAS, apenas,

- a) II, IV e V.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II, e III.
- e) IV e V.

24. Mônica, técnica em assuntos educacionais do IFPE, foi aprovada no Programa de Mestrado em Educação em uma instituição pública de ensino. Considerando que o ingresso de Mônica no Instituto Federal ocorreu via concurso público no ano de 2018 (trata-se de seu primeiro emprego), bem como que a servidora pretende cursar o mestrado ainda em 2019 e que o horário de aulas do referido curso é incompatível com o seu horário de trabalho, assinale a hipótese aplicável ao caso, conforme a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

- a) Mônica terá direito ao afastamento das atividades no IFPE caso haja interesse da Administração e ela possua quatro anos de efetivo exercício no cargo.
- b) Para conciliar o trabalho no IFPE e as aulas do mestrado, Mônica terá direito a horário especial, já que se trata de servidora estudante, sendo exigida a compensação de horário no IFPE.
- c) Mônica terá direito imediato ao afastamento de suas atividades no IFPE para cursar o mestrado, sem prejuízo de sua remuneração.
- d) Em regra, Mônica não poderá ser afastada para cursar o mestrado, uma vez que ainda não possui o tempo mínimo de serviço previsto na lei. Contudo, no interesse da Administração, a servidora poderá ter direito ao afastamento.
- e) Caso Mônica atenda a todos os requisitos legais necessários para a solicitação de afastamento, não existe a necessidade de que a referida servidora, após seu retorno, permaneça no exercício das funções de seu cargo por um período igual ao do afastamento concedido.

25. Quinha é servidora pública de uma autarquia federal, e Luiz trabalha prestando serviços de natureza temporária na mesma instituição. Ocorre que, enquanto Quinha tem feito uso de informações privilegiadas, obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício de terceiros, Luiz tem se apresentado embriagado com habitualidade, não apenas no serviço, mas também fora dele. Considerando essa situação hipotética, assinale a alternativa correta com fundamento no Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994 (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal).

- a) Para fins de apuração de comprometimento ético, Luiz só responderia à Comissão de Ética caso se apresentasse embriagado no serviço, não importando sua conduta fora dele, por se tratar de um prestador de serviço temporário.
- b) Para fins de apuração de comprometimento ético, apenas Quinha poderá responder à Comissão de Ética pela conduta praticada, uma vez que pertence ao quadro de servidores públicos federais permanentes da autarquia.
- c) Quinha e Luiz poderão responder à Comissão de Ética pelas condutas que praticaram, mas a pena aplicável ao caso é a de censura pela referida Comissão.

- d) Quinha e Luiz poderão responder à Comissão de Ética pelas condutas que praticaram, podendo ser aplicada a eles a penalidade de demissão pela referida Comissão.
- e) As condutas de Quinha e Luiz não violam as disposições previstas no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, mas são previstas na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

26. A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), no cumprimento da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação. Acerca da EPT, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) abrange cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos Superiores de Tecnologia.
- b) Os Cursos Técnicos de Nível Médio têm sua origem nos anos 1970. Nasceram apoiados em necessidades do mercado e respaldados pela Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, e por legislação subsequente.
- c) Há duas formas de desenvolvimento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio: a articulada com o Ensino Fundamental e a subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o Ensino Médio.
- d) Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação são organizados, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as normas estabelecidas pelos respectivos sistemas de ensino.
- e) Os Cursos Superiores de Tecnologia têm por objetivo formar os egressos do Ensino Médio e/ou Técnico de Nível Médio, visando à formação de profissionais nas tecnologias específicas para as diferentes demandas dos arranjos produtivos locais, em seus fatores econômicos, sociais, políticos e culturais.

27. O Projeto Político-Pedagógico (PPP) pode ser considerado a própria essência do trabalho pedagógico da escola. Sobre o PPP, é CORRETO afirmar que

- a) busca um rumo, uma direção. É uma ação não intencional.
- b) tem as dimensões política e pedagógica com significação indissociável.
- c) estimula relações competitivas e corporativas por se constituir em processo democrático de decisões.
- d) visa, essencialmente, a um rearranjo formal da escola.
- e) excetua a discussão da valorização do magistério em sua construção.

28. As Orientações Gerais para Elaboração de Projeto Pedagógico dos Cursos de Licenciatura (IFPE, 2017) norteiam a construção ou reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) dessa modalidade. São indicações para a construção e reconstrução dos PPCs contidas nesse documento:

- a) conteúdos voltados para determinadas temáticas, tais como relações étnico-raciais, direitos humanos, meio ambiente, direitos do idoso, acessibilidade, entre outras, podem, facultativamente, perpassar o currículo transversalmente ou em componentes curriculares.
- b) os itens organização didático-pedagógica, corpo docente e infraestrutura podem ser subtraídos do texto formal do PPC.
- c) estágio curricular supervisionado facultativo ao estudante.
- d) respeitar, obrigatoriamente, as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.
- e) a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como componente curricular optativo.

29. A Assessoria Pedagógica (ASPE) é um setor, no âmbito dos *campi* do IFPE, que está vinculado à Direção de Ensino e tem como objetivos planejar, orientar e avaliar processos pedagógicos de ensino, pesquisa e extensão dos cursos técnicos e superiores da instituição. De acordo com a Organização Acadêmica Institucional, a ASPE tem atuação nos processos pedagógicos de

- I. reintegração de estudantes.
- II. regime domiciliar.
- III. transferência de estudantes oriundos de outros Institutos Federais de Educação.
- IV. aproveitamento de estudos equivalentes.
- V. visitas técnicas.

Estão CORRETAS, apenas,

- a) I, II, III e IV.
- b) I, III, IV e V.
- c) II, III e IV.
- d) II, IV e V.
- e) I, II, IV e V.

30. Em 2019, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, completou 29 anos. Considerado uma das legislações mais avançadas no campo do direito da criança e do adolescente, no que se refere à Educação, o ECA garante o direito à criança e ao adolescente de

- a) Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, e progressiva extensão compulsória ao Ensino Superior.
- b) ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador.
- c) atendimento em pré-escola até os 6 (seis) anos de idade.
- d) organização e participação em entidades estudantis a partir de 16 (dezesesseis) anos.
- e) atendimento no Ensino Fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à profissionalização.

31. De acordo com a Organização Acadêmica Institucional do IFPE, o estudante

- a) tem o direito de requerer revisão de quaisquer instrumentos de avaliação a qualquer tempo.
- b) pode trancar a matrícula do curso ou de até 3 (três) componentes curriculares em qualquer módulo, período ou série.
- c) com frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) no cômputo da carga horária total dos componentes curriculares para cursos técnicos e da carga horária de cada componente curricular para cursos superiores tem direito ao exame final.
- d) do ensino superior deve obter, durante o período letivo, a média mínima de 6,0 (seis) para aprovação em cada componente curricular.
- e) reprovado por frequência ou nota em uma disciplina optativa ou eletiva poderá optar por não cursá-la novamente, escolhendo outro componente curricular.

32. São deveres dos servidores técnico-administrativos do IFPE:

- I. participar compulsoriamente dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções.
- II. participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI).
- III. abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.
- IV. ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o poder estatal.
- V. zelar pela aprendizagem dos estudantes.

Está CORRETO, apenas, o que se afirma em

- a) II, III, IV e V.
- b) II, III e IV.
- c) I e IV.
- d) III, IV e V.
- e) II, III e V.

33. São cursos ofertados no IFPE:

- a) extensão, sequenciais por campo de saber, técnicos de Nível Médio e Superiores de Tecnologia.
- b) superiores de tecnologia, formação pedagógica, doutorados e médios regulares.
- c) sequenciais por campo de saber, bacharelados, licenciaturas e especializações.
- d) técnicos de nível médio, mestrados, qualificação profissional e extensão.
- e) formação inicial e continuada de trabalhadores, engenharias, médios regulares e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

34. Acerca dos currículos dos cursos ofertados no IFPE, é CORRETO afirmar que

- a) a carga horária mínima dos cursos subsequentes é indicada no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, segundo cada habilitação profissional.

- b) os currículos dos cursos superiores contemplarão atividades complementares, conforme legislação específica de cada curso, exceto os cursos superiores de tecnologia.
  - c) o currículo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio deve articular as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura.
  - d) os currículos dos cursos técnicos na modalidade Proeja têm a mesma organização didático-pedagógica dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio.
  - e) a carga horária destinada à prática profissional, inclusive o estágio supervisionado, nos currículos dos cursos técnicos de nível médio, deverá ser computada na carga horária mínima do curso.
35. A Educação Básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, 1996). De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), na Educação Básica,
- a) o calendário escolar deve adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, podendo inclusive reduzir o número de horas letivas previsto na legislação.
  - b) há possibilidade de avanço nos cursos e nas séries para estudantes com atraso escolar.
  - c) nos estabelecimentos de Educação Infantil, Ensino Fundamental e de Ensino Médio, públicos e privados, é obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.
  - d) a avaliação da aprendizagem é contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos.
  - e) as artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular do ensino da arte.
36. O Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), que trata da educação a distância. Sobre essa modalidade de ensino, de acordo com as legislações mencionadas, está CORRETO:
- a) O Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, trata exclusivamente da modalidade a distância no ensino superior.
  - b) não é permitido o credenciamento de instituição de ensino superior somente para oferta de cursos de graduação e de pós-graduação *lato sensu* na modalidade a distância.
  - c) organizada com abertura e regime especiais, a educação a distância será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.
  - d) a educação a distância tem tratamento diferenciado, que inclui concessão de canais com finalidades diversas e reserva de tempo mínimo, sem ônus para o poder público, pelos concessionários de canais comerciais.
  - e) a educação especial é uma modalidade de ensino que não pode ser ofertada na modalidade a distância.
37. O Ensino Médio se baseia na formação integral do estudante. Acerca dessa etapa da Educação Básica, de acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), é CORRETO afirmar que
- a) a formação técnica e profissional é um dos itinerários formativos previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
  - b) poderá ser organizada em módulos e adotar o sistema de créditos com terminalidade específica, além das formas de organização previstas no art. 23 da LDB.
  - c) sua Base Nacional Comum Curricular (BNCC) inclui, facultativamente, estudos e práticas de Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia.
  - d) a carga horária mínima anual deverá ser progressivamente ampliada para mil e quatrocentas horas, observadas as normas do respectivo sistema de ensino e de acordo com o Plano Nacional de Educação.
  - e) a exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua oferta obrigatória por, no máximo, 2 (duas) horas mensais.
38. A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. De acordo com a referida lei, assinale a alternativa CORRETA.
- a) A pessoa com deficiência deve ter acesso à Educação Superior e à Educação Profissional e Tecnológica diferenciado em relação às demais pessoas.

- b) Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo e curto prazos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com uma ou mais barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- c) A pessoa com deficiência tem direito à adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que dificultem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, desfavorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino.
- d) O poder público deve prover meios para a oferta de educação bilíngue na modalidade escrita da língua portuguesa, como primeira língua, e em Libras, como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.
- e) O profissional de apoio escolar é a pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.

39. Analise as premissas abaixo com base nas disposições do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.

I. A educação profissional será desenvolvida por meio de cursos e programas de qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores, Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-Graduação.

II. A centralidade do trabalho como princípio educativo e a dissociabilidade entre a teoria e prática devem ser observadas na educação profissional.

III. Os cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores articular-se-ão, preferencialmente, com os cursos de educação de jovens e adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

IV. Os itinerários formativos ou trajetórias de formação são as unidades curriculares de cursos e programas da educação profissional em uma determinada área que possibilitem o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos.

V. Para a obtenção do diploma de técnico de nível médio, o aluno deverá concluir os seus estudos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Ensino Médio.

Estão CORRETAS, apenas,

- a) I, III, IV e V.
- b) II e III.
- c) I, IV e V.
- d) I e III.
- e) II, IV e V.

40. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, tem o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB). De acordo com a legislação, é CORRETO afirmar que

a) a avaliação das instituições tem por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, considerando as diferentes dimensões institucionais, entre elas a organização didático-pedagógica dos cursos.

b) a avaliação dos cursos de graduação resultará na atribuição de conceitos, ordenados em uma escala de 5 (cinco) níveis, na qual os conceitos 1 (um) e 2 (dois) são considerados excelentes.

c) o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) afere o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão.

d) a avaliação dos cursos de graduação utilizará procedimentos e instrumentos diversificados, entre os quais a autoavaliação institucional.

e) o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) é facultativo para o estudante dos cursos de graduação, sendo inscrito no histórico escolar do estudante que decidir participar do processo.